



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE LICENÇA DE DIREITO DE USO DE SISTEMA WEB DE GESTÃO PÚBLICA DESTINADO A SECRETARIA DE SAÚDE, INCLUINDO O SERVIÇO DE IMPLANTAÇÃO, MIGRAÇÃO DE DADOS, HOSPEDAGEM, MANUTENÇÕES, ATUALIZAÇÕES, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. (inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7º, inciso I da IN 40/2020)

Há a necessidade de contratação de empresa para locação de licença de direito de uso de sistema web e gestão pública destinado a Secretaria de Saúde, pelo fato de que o Contrato Vigente está quase vencendo, o que necessita da realização de um novo processo licitatório. Atualmente a Secretaria de Saúde não pode ficar sem ter um sistema para atendimento aos usuários e que faça toda a integração de informações.

A tecnologia é uma ferramenta fundamental no cenário da atualidade, sobretudo quando se fala em saúde. Sem dúvida, a chegada do prontuário eletrônico no ambiente hospitalar e ambulatorial foi uma mudança importante e de grande utilidade, tanto para os profissionais quanto para os pacientes.

Com o uso do Prontuário Eletrônico, é possível acompanhar todo o histórico do paciente, facilitando assim a comunicação dos profissionais de saúde sobre as condutas a serem tomadas.

O prontuário eletrônico visa otimizar os atendimentos, com acesso mais rápido ao histórico de saúde do paciente, além de diminuir os gastos com impressão de exames.

Atualmente devido à grande instabilidade na energia elétrica do município, foi identificado a necessidade de contratação do serviço de hospedagem em nuvem, para que não ocorra problemas de percas de dados dos usuários do Município por danos provenientes do Servidor devido à instabilidade.

2 – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Fundamentação: Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração; (inciso II do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Demonstração do alinhamento entre a contratação e o planejamento do órgão ou entidade, identificando a previsão no Plano Anual de Contratações ou, se for o caso, justificando a ausência de previsão; (Art. 7º, inciso IX da IN 40/2020)

A presente contratação não está alinhada com o PAC uma vez que o documento se encontra em fase de elaboração.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Descrição dos requisitos necessários e suficientes à escolha da solução. (inciso III do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Art. 7º, inciso II da IN 40/2020).

Exigências de habilitação

3.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

3.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

3.3 Microempreendedor Individual — MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual — CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt/empreendedor>;

3.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal — SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada — EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social do Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

3.5 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

3.6 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

3.7 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3.7.1 Quando o objeto da licitação se trata de Serviços deverá ser apresentado a Certidão ISS junto ao município; quando se trata de Fornecimento de materiais deverá ser apresentada a Certidão ICMS junto ao Estado;

3.8 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da receita Federal do Ministério da Fazenda;

3.9 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do



licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

3.10 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

3.11 Certidão de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);

3.12 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

3.13 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado de prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Documentação quanto a **Qualificação econômico-financeira**

3.14 Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica referente A. matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública deste pregão.

Deverá apresentar também a **DECLARAÇÃO UNIFICADA:**

3.3 Microempreendedor Individual — MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual — CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt/empreendedor>:

3.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal — SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada — EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social do Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

3.5 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

3.6 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

3.7 Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3.7.1 Quando o objeto da licitação se trata de Serviços deverá ser apresentado a Certidão ISS junto ao município; quando se trata de Fornecimento de materiais deverá ser apresentada a Certidão ICMS junto ao Estado;

3.8 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da receita Federal do Ministério da Fazenda;

3.9 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

3.10 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;

3.11 Certidão de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);

3.12 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos



termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

3.13 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado de prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Documentação quanto a **Qualificação econômico-financeira**

3.14 Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica referente A. matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública deste pregão.

Deverá apresentar também a **DECLARAÇÃO UNIFICADA:**

4 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso V da IN 40/2020).

A estimativa de quantidade foi baseada na necessidade da Secretaria de Saúde, visto que é um serviço contínuo e não pode ser interrompido.

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. (inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021).

Levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções, podendo, entre outras opções: (Art. 7º, inciso III da IN 40/2020)

- a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração; e
- b) ser realizada consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições.



5.1 Foi feita a análise de soluções compatíveis com as necessidades de negócio para identificar a melhor solução. Foram consideradas três alternativas:

5.1.1 Solução 01: Adoção de software público;

5.1.2 Solução 02: Adoção de software livre;

5.1.3 Solução 03: Aquisição de Licença de Software Proprietário.

5.2 Foram realizados levantamento das soluções em consonância com a legislação atual, verificando qual é a melhor solução de mercado, sendo observado:

5.2.1 Solução 01: O Software Público é um tipo específico de software que atende as necessidades da saúde pública de qualquer município e é compartilhado sem emus e constituindo um recurso benéfico para a administração pública e para a sociedade. Alguns municípios até aderem ao sistema de software do Ministério da Saúde, porém, pode-se perceber que não é a melhor vantagem para a Administração, visto que ocorrem problemas, como qualquer outro sistema, e não ha uma pessoa especifica para dar suporte, tem a vantagem de ser público, porém não há quem preste suporte, por este motivo essa solução não é viável;

5.2.2 Solução 02: Os softwares livres, são programas que podem ser editados, copiados, modificados e redistribuídos sem que haja a necessidade de autorização do seu proprietário para isso. Esse tipo de software disponibiliza para seus usuários e desenvolvedores o livre acesso ao código-fonte para que possam realizar alterações da maneira que desejarem. pode-se citar como vantagem o fato dos programas possuírem versão baseada em software livre de uso gratuito, porém pode-se dizer que o mesmo não é viável pelo fato de que, além de não fornecer todas as ferramentas necessárias o mesmo não tem uma garantia de proteção necessária para uma Secretaria de saúde, que precisa ter máxima proteção dos dados, visto que nem todos os dados podem ser disponíveis, tornando-se dados sensíveis e de porte apenas de equipes especializadas no assunto, até mesmo pela proteção do paciente;

5.2.3 Solução 03: O modelo distribuição de software praticado pelo mercado baseia-se em licenciamento de uso e aquisição de licenças renováveis, o qual pressupõe propriedade intelectual para a detentora do software. O usuário de um software proprietário não o compra, não é dono ou proprietário dele. O usuário em questão somente firma um contrato de utilização daquele software sob certas condições, previstas na licença a que aderiu. Está solução de mercado é a mais vantajosa para a administração pública, pelo fato da complexidade do software, mesmo a requisitante não sendo a proprietária este modelo de solução torna-se vantajoso, e garante além de proteção dos dados dos usuários do Sistema Único de Saúde, um suporte para eventuais necessidades que possam surgir ao longo do seu uso.

6 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VI da IN 40/2020).

Com base na pesquisa realizada verificou-se que o valor aproximado para a referida licitação é de R\$ 138.221,68 (cento e trinta e oito mil duzentos e vinte um reais e sessenta oito centavos) anualmente, conforme consta a cotação em Anexo a este Estudo.



7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso. (inciso VII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso IV da IN 40/2020).

O procedimento de LICITAÇÃO, será na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, o qual permite otimizar os processos de aquisição e contratação de serviços. O julgamento será POR MENOR PREÇO por LOTE.

8 – JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução. (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VII da IN 40/2020).

O procedimento de LICITAÇÃO, será na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, o qual permite otimizar os processos de aquisição e contratação de serviços. O julgamento será POR MENOR PREÇO por LOTE.

9 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Fundamentação: Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Resultados pretendidos, em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável; (Art. 7º, inciso X da IN 40/2020)

A presente contratação objetiva atingir os seguintes resultados:

1. Oferecer aos servidores um sistema de qualidade e de agilidade para atender aos usuários do Sistema Único de Saúde em todas os setores.

10 – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Fundamentação: Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso XI da IN 40/2020).

A presente contratação não necessita de nenhuma providência prévia a celebração contratual.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Fundamentação: Contratações correlatas e/ou interdependentes. (inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso VIII da IN 40/2020).

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para viabilidade e contratação desta demanda.

12 – IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento. (Art. 7º, inciso XII da IN 40/2020)

Não foram identificados impactos ambientais para este processo.

13 – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da contratação. (Art. 7º, inciso XIII da IN 40/2020)

O estudo preliminar evenciam que a contratação de empresa para locação de licença de direito de uso de sistema web e gestão pública destinado a Secretaria de Saúde, mostrasse tecnicamente possível e fundamentadamente necessária.

Cordilheira Alta/SC, 27 de março de 2024

Sidonia Salete Cecon Merisio